



Trabalho, educação profissional e emprego: uma relação (im)possível à distribuição social de oportunidades sob o viés da empregabilidade?¹

Gabriel dos Santos Kehler*

Liliana Soares Ferreira**

Resumo: O(s) sentido(s) estabelecidos entre educação profissional e trabalho através do ideário da modernidade tem na distribuição social de oportunidades a máxima da qualificação profissional, que possibilitaria automaticamente o aumento significativo das chances do trabalhador ao se tornar “competente”, isso configurado em princípios de um Estado burguês. Assim, elaborou-se, a seguinte problemática: como se configuram os sentidos atribuídos à expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica na região central do Estado do Rio Grande do Sul sob o viés da empregabilidade, nos discursos dos estudantes em Estágio final de curso dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, considerados como locus de aproximações e distanciamentos relativos às justificativas de distribuição social das oportunidades, tendo como base a díade trabalho e educação? Para o desenvolvimento desta considerar-se-á o enfoque do materialismo histórico dialético. Esta pesquisa tem financiamento em andamento da ANPED/IPEA, sendo aprovada em concurso nacional.

Palavras-chave: Trabalho. Educação Profissional. Emprego.

Abstract: The sense established between vocational education and work through the concept of modernity has a social distribution of big opportunities to professional qualification, which would allow a significant increase in worker's chances to become "competent", this in a set of principles of a bourgeois State. Thus, was elaborated the following problem: how to configure the meanings attributed to the expansion and internalization of professional and technological education in the central region of the State of Rio Grande do Sul on the employability, in

¹ Projeto de Pesquisa financiado pelo convênio do IPEA/ANPED, por meio de bolsa de estudo para alunos matriculados em Cursos de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Educação associados institucionalmente à ANPED, com pesquisas em andamento na área de interesse de Trabalho, Emprego e Educação.

* Acadêmico dos Cursos de Mestrado em Educação e Especialização em Gestão Educacional, ambos na Universidade Federal de Santa Maria/RS.

** Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Santa Maria/RS.



speeches of the students in the final stage of course from Federal Institutes of technology education, considered as locus of approximations and distances concerning the distribution of social opportunities, having as base the dyad work and education? For the development of this research the focus will be dialectical materialism. This research has financing of ANPED/IPEA, being approved in national contest.

Keywords: Work. Professional Education. Employment.

Palavras Iniciais

Esta proposta de pesquisa/estudo parte de algumas indagações sobre possíveis sentidos que se configuram para educação profissional e tecnológica², na relação entre trabalho e emprego. Compreende-se essa relação, inicialmente, como uma movimentação histórica e substancial às relações que daí se estabeleceu no ideário da modernidade, como as oportunidades distributivas, que, em consonância à qualificação profissional, possibilitavam automaticamente projetar o aumento significativo das chances do trabalhador, que ao se tornar “competente” aumentaria o número de suas oportunidades.

Assim, a educação profissional veio se constituindo em estreita relação com essa dinâmica, permitindo que se reconheça a indissociabilidade entre educação e trabalho. Estrategicamente, no âmbito regulatório, a primeira veio a serviço do segundo, com princípios arraigados em políticas públicas de cunho liberal, que, nas duas últimas décadas, se flexibilizam em consonância com a máxima do Estado neoliberal. Faz-se mister compreender que essas políticas apesar de constituírem uma esfera maior nas discussões (estrutura do macro sistema), só ganham sentido enfaticamente quando repercutem na práxis dos locais educativos, que aqui se delimita como sendo os espaços da educação regular, institucionalizada, realizada pelos trabalhadores da educação, responsáveis em servir e representar este Estado. Nesse sentido, a efetivação das políticas pode se dar em dois níveis, sendo um deles o da crítica consciente sobre a que(m) serve(m) as políticas públicas educacionais e/ou pela sua efetivação na introjeção e realização de um não trabalho, entendido, como o cumprimento de um dado tempo destinado à reprodução ao nível da

² Cabe aqui salientar que ao problematizar a relação entre educação profissional e tecnológica, parte-se da compreensão que o trabalho é sempre científico, ainda que, evidentemente isso não signifique nas condições elementares de cultura e nas formas comuns, rotineiras e primárias de atividade, o trabalhador tenha noção de ser um homem de ciência. Assim, o trabalho é essencialmente científico, assim como a ciência é por essência resultado do trabalho (VIEIRA PINTO, 1979, p. 235).



improdutividade. Contudo, ainda se acredita fazer-se necessário o viés crítico e vigilante às inúmeras redefinições que a educação vem sofrendo sobre o ordenamento neoliberal, pois estas têm finalidades não tão claras, mas acabam ditando quase que sempre, “o novo tipo” de educação e de trabalhador que é pertinente se (de) formar.

Então, ao resgatar os sentidos da educação profissional e tecnológica que foram sendo restabelecidas mais enfaticamente, a partir dos anos 1990, percebem-se, nitidamente, profundas modificações reestruturativas na dinâmica do trabalho, como as reformas educacionais que até ganharam slogan na Era FHC (refere-se ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso): ‘não há desenvolvimento sem reformas’, e até hoje são frequentes, porém em um tempo-espaço de maiores sutilezas e confluências em seus sentidos. Por isso que estas preocupações e indagações não devem sair de pauta do campo educacional, pois, para compreender a que e a quem se destina a educação profissional e tecnológica na sua extensão e interiorização, é necessário compreender que na obliquidade adaptativa, justificada na empregabilidade³, não pode e nem é capaz de sustentar um plano que tenha como foco a constituição da emancipação e cidadania real dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, vivencia-se a mundialização do capital, que, por sua vez, consiste na capacidade de organizar-se, mesmo sob a disseminação de discursos ‘pós e neos’ estruturais, baseados na negação de uma ideologia hegemônica sobre as esferas sociais. Basta destacar a nova configuração das classes sociais que, segundo Antunes, hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres, que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1995 e 1999). Desse modo, modificando as relações de trabalho e de organização do social, é possível analisar o livre ditame do mercado, próprio da estrutura⁴ do sistema capitalista, se metamobilizando para perpetuar-se como lógica possível ao capital.

Nessa perspectiva, a proposta de estudo apresentada nesta pesquisa problematiza-se

³ A empregabilidade ganhou espaço a partir dos anos de 1990, sendo definida como eixo fundamental de um conjunto de políticas supostamente destinadas a diminuir os riscos sociais do grande tormento desde final de século: o desemprego. Interessante aqui é o relativo consenso que hoje existe entre as administrações neoliberais e uma boa parte de seus opositores em relação ao papel desempenhado por esse conceito. Nestas concepções, a empregabilidade é que articula e oferece coerência aos três elementos que poderiam permitir superar a crise do desemprego mediante uma dinamização dos mercados de trabalho: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente (GENTILI, 2002, p. 52).

⁴ Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por “níveis” ou “instâncias” articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (“unidade” de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois “níveis” ou “instâncias”: a jurídico-política (direito e o Estado) e a ideologia (as distintas ideologias, religiosa, moral jurídica, política, etc...) (AUTHUSSER, 1985, p.60).



basicamente sob esferas que englobam relações estabelecidas do contexto macro para o micro, ao se propor compreender: como se configuram os sentidos atribuídos à expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica na região central do Estado do Rio Grande do Sul sob o viés da empregabilidade, nos discursos de estudantes em estágio final de curso dos IFET – Institutos Federais de Educação Tecnológica, considerados como locus, estudando aproximações e distanciamentos relativos às justificativas de distribuição social das oportunidades, tendo como base a díade trabalho e educação? Para tal, enfatiza-se que no seu desenvolvimento considerar-se-á o enfoque do materialismo histórico dialético, pois nesta perspectiva, “[...] o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto”. (FRIGOTTO, 2001, p.77) A perspectiva teórica é anterior ao método e este realiza “[...] mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais” (FRIGOTTO, 2001, p.77).

Ademais, parte-se da compreensão que “[...] os fatos sociais não são descolados de uma materialidade objetiva e subjetiva”. Isso permite haver “[...] esforço de abstração e teorização do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade” (FRIGOTTO, 2001, p. 17), na constituição do conhecimento histórico. Analisar, sob a perspectiva materialista histórica, trata-se de “um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importantes) que constituem determinado fenômeno” (FRIGOTTO, 2001, p. 17). É uma busca pelo que há de basilar em um fenômeno, ou seja, “[...] o exercício por excelência da teorização histórica de ascender do empírico contextualizado, particularizado e, de início, para o pensamento caótico - ao concreto pensado ou conhecimento” (FRIGOTTO, 2001, p. 17). Porém, nem por isso, trata-se de um conhecimento absoluto: “Conhecimento que, por ser histórico e complexo e por limites do sujeito que conhece, é sempre relativo” (FRIGOTTO, 2001, p. 18).

1. Educação e Trabalho: Imbricamentos na (Des)Organização do Social

“se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado” (MARX, 2006, p.37).



Na compreensão da organização e processos sociais, que se estabelecem e corroboram no âmbito da superestrutura da sociedade moderno-contemporânea, faz-se indispensável compreender *a priori*, os sentidos que se estabelecem para a relação entre educação e trabalho. Historicamente, a mesma, veio se configurando em sentidos antagônicos e, ao mesmo tempo complexos, pois a primeira ao atribuir justificativas sobre sua forma de organizar-se com objetividade em fins da base econômica acabou reduzindo-se as exigências e necessidades da segunda. Isso se deu de maneira correlacionada intrinsecamente à dinâmica do mundo do trabalho, configurando políticas públicas educacionais com proposições exacerbadamente regulatórias.

Ao compreender tal processo, chega-se a compreensões mais elaboradas sobre como e por que a instituição escolar ainda é projetada, a partir de percepções de interesses sociais, ideologicamente estruturados e deterministas de/sobre a produção e reprodução do social,⁵ que Lukács sintetiza como a “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser” (2007, p.228). Aqui destaca-se as distintas políticas públicas educacionais, que, sob discursos aveludados da distribuição social de oportunidades, acabam, muitas vezes, velando, mortificando e neutralizando a discussão sobre a luta de classes, como forma de deslocar a centralidade do trabalho de toda a sua carga crítica sobre as contradições do sistema.

Ao estabelecer esta compreensão com base no resgate do processo histórico-dialético, pode-se afirmar que “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo esconde [...] o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário” (KOSIK, 1976, p.13).

Ademais, o deslocamento das confluências nos sentidos relativos à centralidade do trabalho humano é algo que vem se desprendendo do seu sentido ontológico, pois, na sua essência, este é objeto de “criação de valores-de-uso, como trabalho útil, indispensável à existência do homem em quaisquer que sejam as formas de sociedade” [...] sendo necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1968, p. 50). Assim, o trabalho comporta condições para que o mundo humano seja viável [...]. Ou seja, o trabalho cria algo para além do ser humano, algo diferente do ser que produz, “[...] remete para além de si próprio. É esse ‘remeter para além de

⁵ O sentido de reprodução aqui compreende o seu sentido mais amplo, ou seja, como processo social que possibilite a continuidade da existência da humanidade, e não reduzir-se ao viés das relações capitalistas de produção.



si próprio' que faz do trabalho uma categoria única do ser social, sua categoria fundante” (SILVA & GONZALEZ, 2001, p. 13).

Nessa perspectiva, o trabalho, no desenvolvimento da organização social da produção, foi estabelecendo outra variável crucial à condição do sistema capitalista, a qual se pode designar como força de trabalho, que deve ser apta e competente para a produção. Nesse prisma, cabe ressaltar que preparar essa força-de-trabalho na lógica mercadológica centra-se basicamente em redimensionar os conhecimentos historicamente constituídos para as funcionalidades regulatórias, em que, no caso específico da educação profissional e tecnológica, ficam ainda mais nítidas e naturalizadas como preocupações do tipo: este conhecimento irá me preparar e redimensionar tecnicamente para atender ao mercado de trabalho e conseqüentemente me proporcionará retorno financeiro, na produção de mais-valia? Nesse viés de discussão cabe lembrar que Authusser (1985) enfatiza:

[...] não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua reprodução pra que se reproduza como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível deve ser “competente”, isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças de produtivas num dado momento determinam que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e então reproduzida como tal. Diversamente: Conforme às exigências da divisão sócio técnica do trabalho, nos seus diferentes ‘cargos’ e ‘empregos’” (p.57)

Entretanto, é pertinente destacar que trabalho e emprego estão imbricados, mas são distintos. Afirma-se, com base em Organista (2006), para o qual o emprego, ao contrário do trabalho

[...] reproduz as relações sociais, que viabiliza condições materiais de sobrevivência, em que o empregado vende sua força de trabalho em troca de um salário [...] o emprego vem a ser uma categoria “[...] objetivada e mediatizada por relações contratuais jurídicas, historicamente demarcada e com forte aporte valorativo no imaginário popular” (ORGANISTA, 2006, p. 54).

Considerando as preposições sobre as interfaces entre trabalho e educação na constituição do ser social, cabe aqui indagar: “será que a aprendizagem conduz à auto realização dos indivíduos [...] ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da



ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.47), em que se tenta fixar às armadilhas políticas adaptativas ao sistema, impossibilitando a emancipação plena dos sujeitos, reiterada pelo viés da cidadania burguesa?

1.1 Contexto neoliberal de ajustes para o trabalho

Especificamente a década de 1990 é caracterizada como a década dos ajustes sociais e educacionais ao plano neoliberal, na continuidade e perpetuação econômica do capitalismo, como sistema possível ao capital⁶. Para tanto, a “nova ordem social” traz à tona o modelo de auto-regulação do mercado, atribuindo às políticas públicas educacionais um quadro explícito e ao mesmo tempo (in) conveniente de finalidades adaptativas as necessidades do mercado. Assim, programa-se a efetivação estratégica da educação profissional e tecnológica, com vistas à preparação para o trabalho para o novo contexto, no seu estágio neoliberal. Nessa perspectiva, Frigotto (2001), destaca que

[...] as políticas públicas surgem no cenário da globalização como forma de regulação social e ajuste estrutural, como um mecanismo formal (Estado) e informal (sociedade civil) que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada e que, no caso específico do Brasil, apontam para a concepção produtivista e mercantilista, procurando desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria a empregabilidade. (2001, p. 64).

Considerando contexto argumentativo semelhante, Kuenzer enfatiza afirma que o discurso na dinâmica do mundo do trabalho, “refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permita adaptar-se à produção flexível [...] o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador [...] as palavras de ordem passam a ser qualidade e competitividade” (KUENZER, 2001, p.37). Contudo, eis aqui uma das contradições cruciais dessa reestruturação produtiva do trabalho, pois nesse discurso fica claro que não há vagas no mercado para todos,

⁶ Capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece- na forma de capital “monetário”, “mercantil” etc. - vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em aprender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma para outra, até finalmente o capital industrial se tornar a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente definir a fase clássica da formação capitalista (MÉSZÁROS, 2009, p.76).



ocasionando uma crescente taxa de desempregados, que vem aumentando até mesmo para as pessoas com um nível maior de escolarização.

Desta maneira, a elevação dos níveis de escolaridade - num quadro de estagnação econômica e baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho - acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração do trabalho (POCHMANN, 2004). Assim, os empregos mais rentáveis e de maior prestígio social ficam nas mãos dos mais bem colocados socialmente e mesmo os menos favorecidos e com escolaridade de alto nível, acabam ficando em situação de desemprego, pois a expansão da escolaridade, no ponto de vista produtivo tem sido inviável ao sistema. Castel tratando do assunto permite a reflexão sobre a “não empregabilidade dos qualificados”, pois “é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade” (1998, p. 521).

Contudo, quando se pensa nesta modalidade de ensino, faz-se necessário conhecer o que ela representou historicamente para a sociedade brasileira, na qual uma pequena parcela da população concluiu a escolarização na educação básica e uma parcela significativamente menor chegava e ainda chega ao ensino superior. Levando em consideração tal fato, é inegável que os cursos de educação profissional e tecnológica surgem como uma alternativa com custos reduzidos e rápidos na formação de pessoal.

Nessa perspectiva, desafios mais amplos são fundamentais se considerada a relevância da temática, pois tendo no trabalho a centralidade decisória na constituição do ser social, não se têm como negar as suas várias faces e determinações ao processo de (de) formação da força de trabalho.

Na oportunidade de reconduzir, então, a educação profissional e tecnológica, o Ministério da Educação (MEC), tem por finalidade a reconstituição da mesma como forma de:

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p.2).

Então, aqui fica a indagação: até que ponto o discurso da reintegração dessa modalidade de ensino não se compromete mais uma vez, com o discurso adaptativo ao



capitalismo, através da reestruturação produtiva, que, na esfera educacional, vem a constituir a lógica das competências e restaurar o ideário da empregabilidade? Reiterando tal indagação, Frigotto enfatiza que ao individualismo do credo neoliberal somam-se os argumentos fundados no credo do pós-modernismo, que realçam as diferenças (individuais) e a alteridade. Neste particular a diferença e a diversidade, dimensões importantes da vida humana, mascaram a violência social da desigualdade e afirmam o mais canibal individualismo (FRIGOTTO, 2004, p. 71).

Coadunando a essa compreensão crítica do atual quadro da sociedade contemporânea e propondo uma observação atenta, as proposições e soluções latentes na mesma, Mészáros (2010) enfatiza que “uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer”.

2. Confluências de Sentidos na/da Distribuição Social de Oportunidades?

Cabe aqui lançar algumas indagações, sobre como vem se constituindo a relação entre as oportunidades distributivas e o contexto neoliberal da sociedade capitalista, alicerçada sobre valores individualizados, mas, em contrapartida, em uma organização social “democrática”. Nesse sentido, cabe ressaltar que as funções vitais do Estado foram historicamente articuladas como a *preservação* legal, política e militar (assim como assegurada nas relações de classe internas da sociedade capitalista pela grande variedade de forças policiais) das estruturas existentes de dominação e subordinação [...] assim, Adam Smith não teve nenhum problema em idealizar o domínio do capital como o *sistema natural da liberdade e justiça completas* (MÉSZÁROS, 2010, p. 11).

Logo, a escolha dos homens em matéria de justiça foi, em grande parte, ditada pela sua posição social. Mas também é evidente que todos são cada vez mais sensíveis às injustiças: se ninguém está totalmente em condições de dizer com clareza o que é justo e o



que deveria ser um mundo justo, todos sabem o que é injusto e por quê (DUBET, 2006, p. 09).

Especialmente no âmbito educacional, percebe-se que muitas são as justificativas pelo viés discursivo sobre ações que visam à promoção da justiça social, através da emancipação dos sujeitos, no respeito a sua individualidade e autonomia. Contudo, “só se pode esperar que a luta se torne um pouco mais fácil quando as pessoas aprenderem a viver com a autonomia das distribuições e a reconhecer que os diversos resultados para as diversas pessoas em esferas distintas geram uma sociedade justa” (WALZER, 2003, p. 439).

Todavia, essas ações quando transpostas para o plano de transformação social, ainda acabam restringindo-se ao nível imediatista e adaptador, em que “as relações entre formação e emprego permanecem muito fortes, justificando as demandas dos indivíduos por educação” (Duru-Bellat e Van Zanten, 1992, p. 60). Atualmente, no Brasil, vivencia-se fortemente a efetivação de políticas públicas focalizadas na reparação e a questão da justiça social, em que muitas vezes, não é nem prevista, deslocando, de certa forma, o sentido de ser. Ora, seria muito mais sensato que a justiça social fosse motivo e justificativa para ações reparatórias e não o contrário. Logo, fica evidente como as políticas públicas voltadas a atender o prisma neoliberal se deslocam para aspectos que Dagnino (2004) enfatiza como confluência perversa, que, por sua vez, expressam-se em “um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar” (DAGNINO, 2004, p. 12).

A ideia de igualdade como resultado normativo de ações reparatórias, na promoção da justiça social, é muito presente nos discursos da sociedade contemporânea democrática. Em uma concepção liberal na sua essência clássica, ou pura, o Estado é o lócus do valor da igualdade, é só no Estado, ou melhor, através de leis que garantem direitos universais negativos (mormente civis) que os cidadãos são verdadeiramente iguais (HONNETH, 1995). Assim, o teor da igualdade, nessa concepção, é uma igualdade formal/regulada ao cumprimento de direitos e deveres. Em contrapartida, o Estado ao condicionar-se a lógica mercadológica, acaba por desfavorecer toda e qualquer potencialização provinda de si aos sujeitos, cidadãos enfim, pois o que prevalece é a desigualdade e a exaltação do mérito individual, enfatizado pelas suas competências e habilidades. Logo, assim que “as condições operativas reais da ordem sociometabólica do capital foram definidas de tal forma, por meio da conveniente separação entre a “sociedade civil” e o Estado, nenhuma solução positiva



historicamente sustentável poderia ser vislumbrada como a alternativa hegemônica ao modo de reprodução estabelecida sem expor o caráter totalmente indefensável de suas determinações estruturais antagônicas” (MÉSZÁROS, 2010, p.11).

O autor ainda retrata que “ao mesmo tempo, quando oferece piedosa esperança para um modo de distribuição significativamente reformado, a dimensão mais importante do modo liberal/socialdemocrata de abordar os problemas – por meio da separação grosseira e antidialética daquilo que não pode de forma alguma ser separado na realidade efetiva-significa que o intercâmbio das mediações antagônicas do metabolismo social não poderia ser alterado de modo concebível como premissa prática necessária a vida social” (MÉSZÁROS, 2010, p.12).

Considerações Previamente Finais

As proposições suscitadas nessa discussão, além de convidar para problematizar um tema muito caro ao imaginário da modernidade, que se faz presente e muitas vezes naturalizam nos discursos da educação profissional, configurando-a em termos de ajustes sempre que “necessário” na relação entre educação, trabalho e capital, vem a resgatar por meio da teoria crítica sua importância no contexto educacional. Todavia, percebe-se que o capital acaba sendo um agente determinante e organizativo, como muito ainda se justifica as demandas por educação sob o viés da empregabilidade. Nessa perspectiva, Mézáros é enfático ao destacar que “com base na dolorosa evidência histórica, a verdade desconcertante é que o sistema do capital tem sucesso em impor-se por meio de interconexões estruturais de suas partes constituintes – sobre esforços emancipatórios parciais dirigidos a alvos específicos e limitados. Por conseguinte, o que deve ser confrontado e superado pelos adversários da ordem de reprodução sociometabólica estabelecida e incorrigivelmente autossustentadora da extração de mais-valia do trabalho do capital. Mas também o poder negativo devastador – a inércia aparentemente proibitiva – de suas conexões circulares” (MÉSZÁROS, 2010, p. 09). Logo, esse mesmo autor de importância ímpar para a discussão ainda conclui que as “leis e condições” da produção de riqueza e as leis de “distribuição de riqueza” são as mesmas leis



sob diferentes formas, e ambas mudam, enfrentam o mesmo processo histórico, sendo assim, são apenas momentos de um processo histórico (2010, p. 11).

Como esse estudo é parte, ou melhor, um recorte de um estudo que ainda será desenvolvido a posteriori, faz mister destacar que os caminhos metodológicos da mesma se apropriam do materialismo histórico dialético como forma de abordar e compreender o real, justamente por acreditar que as descrições das escolhas metodológicas não só estabelecem os caminhos a percorrer e como percorrê-los, como também estabelecem parâmetros para a ação do pesquisador e a delimitação do material teórico. Assim, na investigação abordagem qualitativa, entendendo ser, do ponto de vista teórico-metodológico, a melhor abordagem em estudos dos fenômenos sociais, diferente de elaborações positivistas, ao propor desenvolver entrevistas com estudantes em estágio curricular de final de curso dos IFET, mapeados na região central do Estado do Rio Grande do Sul, se propusera a fazer esse movimento analítico e reflexivo. Ademais, coaduna-se com a ideia de Triviños que considera, que “no enfoque marxista, diferentes tipos de teoria podem orientar atividade do investigar [...] todas elas, porém, serão baseadas na pesquisa social, no materialismo histórico” (2008, p.74), e assim se tornam significativas ao processo de compreensão dos sentidos que determinada problemática assume no desvelar da pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado; tradução de Walter José Evangelista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 6 ed., São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Porto: Edições 70, 2006.

BRASIL. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 fev. 2005. Disponível em:



<<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/medida-provisoria.pdf>> Acessado em: 18 de maio de 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5 ed. Petrópolis: 1998.

DAGNINO, Evelina. **Confluência Perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva.2004**http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf (Site acessado em 25/07/2011).

DURU-BELLAT, M.; VAN ZANTEN, A. H. *Sociologie de l'école*. Paris: Armand Colin, 1992.

DUBET, F. **Injustices – l'expérience des inégalités au travail**. Paris: Seuil, 2006.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001. _____; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HONNETH, Axel. (1995), *The struggle for recognition: The moral grammar of social conflicts*. Cambridge, UK; Oxford; Cambridge, MA, Polity Press - Blackwell.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Aderico Toríbio, 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e educação do trabalhador**. 4ª ed., São Paulo, Cortez, 1985.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1997.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.225-245.

LOMBARDI, J.C. SAVIANI, D. SANFELICE, J.L (org). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP : Autores Associados, HISTEDBR, 2002, - (coleção educação contemporânea).

MARX, Karl; ENGELS, F. **"A história dos homens"**- FERNANDES, Florestan (org). São Paulo: Ática,1989.

_____. **O capital**. O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. vol 1.



- MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **O desafio e o tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **A reorganização marxiana do método**. 2010.
- http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art01_38e.pdf (Site acessado em 30/10/2011).
- ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- POCHMANN, M. IN: **Educação e Sociedade**. “Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?” Revista de ciência em educação. Campinas: CEDES, 2004.
- RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial**: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- SILVA JUNIOR; GONZÁLES, J. C. **Formação e Trabalho**: uma abordagem ontológica da sociabilidade. São Paulo, SP: Xamã, 2001.
- TOMKINS, G. S. **A Common Cutenance**: Stability and Change in the Canadian Curriculum. Scarborough, Prentice Hall, 1986.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.
- VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WALZER, M. **Esferas da justiça**. Uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WOOD, Ellen Weiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do metabolismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Recebido em Setembro de 2011
Aprovado em Outubro de 2011